



UNIDADE INDEPENDENTE
CLASSISTA e COMBATIVA

Marcha a Brasília - 22 de maio de 2024

MARCHA A BRASÍLIA ESTÁ CONDICIONADA À SUBMISSÃO DAS CENTRAIS E SINDICATOS AO GOVERNO LULA/ALCKMIN

NA Marcha dos Trabalhadores(as) a Brasília, que será realizada em 22/05, foi deliberada no Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ocorrido em outubro de 2023, tendo como bandeira principal a luta por “democracia e justiça”, apontando seu caráter eleitoreiro e de submissão ao governo burguês de Lula/Alckmin, a partir da premissa dessas direções sindicais de que esse é um governo em disputa.

A mobilização, segundo a direção da CUT, serve para apresentar ao presidente Lula e ao Congresso Nacional “uma agenda que garanta o pleno emprego, melhores salários, e desenvolvimento econômico e social para o país”. O que na prática, sabemos bem, que o objetivo dessas direções petistas e seus seguidores (PSOL/PCdoB, etc.) é o de manifestar apoio à governabilidade de Lula, fazendo demagogia com as exigências de revogação “das medidas anti povo, adotadas por Michel Temer e Jair Bolsonaro, como a reforma trabalhista, a lei da terceirização e a Reforma da Previdência”.

A CNTE e seus sindicatos filiados levantam ainda as bandeiras de “defesa do emprego e de melhores salários, e contra qualquer tentativa de retomada da PEC nº 32, que dispõe sobre a reforma administrativa; contra as terceirizações e privatizações, em defesa dos serviços e dos servidores públicos, e em defesa da educação e dos seus profissionais”. No entanto, essas mesmas direções, a exemplo do SINPEEM e APEOESP, nas suas bases atuam como muro de contenção da luta de classes, abortando a disposição de luta dos trabalhadores, como ocorreu na última greve do funcionalismo municipal de São Paulo, e na traição da burocracia sindical da APEOESP, que vem impedindo a deflagração da greve contra as mais de 40 mil demissões de professores por Tarcísio/Republicanos, e pelas demais reivindicações, desviando a luta direta para a pressão parlamentar, onde se aproveitam para lançar suas candidaturas ao parlamento burguês. Neste sentido, caracterizamos essa marcha a Brasília, que procura arrastar as lutas reais dos trabalhadores para uma manobra distracionista das direções sindicais pró-governo, na tentativa de iludir os

trabalhadores de que é preciso ajudar a Lula a governar, pressionando o congresso nacional, em meio ao calendário eleitoral nos municípios, que se aproxima.

Apesar desse caráter eleitoreiro e governista, é importante ressaltar que essa mobilização acontece quando as greves das federais entram em um momento decisivo. Participarão da marcha, os sindicatos que dirigem as diversas categorias em greve, e que são parte essencial do funcionamento da Educação. De fato, a manifestação poderia ser um grande ato em defesa das reivindicações dos grevistas, e para exigir do governo aumentar imediatamente os salários, para compensar as perdas acumuladas. Para isso, os grevistas e as bases deveriam organizar ocupações de prédios e convocar os demais trabalhadores da educação a uma paralisação nacional em todos os setores da educação, para que se rompa com a política de congelamento dos repasses e fim dos ataques à carreira do funcionalismo, ameaçada pela Reforma Administrativa em curso. O que significaria transformar a marcha em um combate direto à política econômica do governo, para arrancar orçamento e salários que garantam as condições elementares de estudo e do ensino público.

Para dar um passo nesse caminho, é necessário fortalecer a greve das universidades e dos institutos federais de imediato, de modo que possa arrancar suas reivindicações elementares, como reajuste para 2024, até agora negado pelo governo, mesmo em sua última contraproposta. O movimento grevista não deve subordinar-se às migalhas que o governo oferece. É preciso romper o Arcabouço fiscal, que exige diminuição do orçamento para a educação, que impõe reajuste zero, e que deve impor mais bloqueios orçamentários para os serviços públicos.

Os trabalhadores em greve e o conjunto do funcionalismo devem rejeitar qualquer manobra para impor os ajustes salariais parciais, corporativos e rebaixados, bem como combater a tentativa de restringir sua luta a uma base de manobra eleitoral dos candidatos da frente ampla burguesa, a mesma que retira seus direitos, rebaixa seus salários e os empurra cada vez mais para a precarização do trabalho e das condições de ensino.

A greve das federais está em andamento e ainda está forte, paralisando a maioria das universidades e institutos federais. É o momento para arrancar um aumento real dos salários para todas as categorias, aprofundando as medidas de força, projetando o movimento para fora dos muros das universidades e institutos. Trata-se de defender a continuidade e unidade dos grevistas em defesa do aumento real dos salários para todos, e imediato repasse dos valores orçamentários ajustados ao aumento da inflação e das necessidades das universidades, institutos, etc. Não é momento de aceitar migalhas, nem de eleitoralismo vergonhoso, mas de arrancar as reivindicações das categorias em greve, radicalizando o movimento e unificando as pautas de reivindicações para impedir se enfraqueça a luta!



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

INDEPENDENTES